

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO ADVOGADO.....	27
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FUNÇÃO DE ADVOGADO.....	27
2. O ADVOGADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	28
3. LEI DE REGÊNCIA DA CARREIRA DE ADVOGADO E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.....	28
3.1. Exercício da advocacia e inscrição nos quadros da OAB.....	29
3.2. Sociedade de advogados.....	30
3.3. Advogado empregado.....	31
3.4. Estagiário.....	32
3.5. Divulgação dos serviços profissionais prestados por advogado.....	33
3.6. Procuração/mandato e substabelecimento.....	34
3.7. Sigilo.....	37
3.8. Honorários advocatícios.....	37
3.9. Direitos do advogado e sua relação com os poderes e órgãos públicos.....	41
3.10. Imunidades e prisão.....	45
3.10.1. Imunidade e prisão relativas à atividade de advocacia.....	45
3.10.2. Imunidade e prisão relativas à pessoa do advogado.....	46
4. MODELOS.....	47
4.1. Modelo de procuração.....	47
4.2. Modelo de contrato de prestação de serviços profissionais (honorários contratuais).....	48
CAPÍTULO II – NOÇÕES DE REDAÇÃO JURÍDICA.....	51
1. INTRODUÇÃO.....	51
2. USO DE EXPRESSÕES TÉCNICAS.....	51
3. O PROCESSO DIGITAL.....	52

4.	ELEMENTOS DA PEÇA JURÍDICA	52
4.1.	Endereçamento	53
4.2.	Referência a autos	54
4.3.	Introdução	54
4.4.	Fatos	55
4.5.	Direito	56
4.6.	Do Pedido	57
4.7.	Fecho	57
5.	OBSERVAÇÕES ESPECIAIS PARA O EXAME DE ORDEM.....	57
CAPÍTULO III – INQUÉRITO POLICIAL		59
1.	CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	59
2.	CARACTERÍSTICAS	59
3.	DEFESA OBRIGATÓRIA DOS SERVIDORES PREVISTOS NO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	62
4.	FORMAS DE INSTAURAÇÃO.....	63
4.1.	Ação penal privada.....	63
4.1.1.	Fluxograma: instauração do inquérito nos crimes de ação penal privada	63
4.2.	Ação penal pública condicionada à representação	63
4.3.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	64
4.3.1.	Fluxograma: instauração do inquérito nos crimes de ação penal pública condicionada	64
4.4.	Ação penal pública incondicionada.....	65
4.4.1.	Fluxograma: instauração do inquérito policial nos crimes de ação penal pública incondicionada	65
5.	DILIGÊNCIAS.....	66
6.	INCOMUNICABILIDADE DO INVESTIGADO PRESO	67
7.	IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	67

8. INDICIAMENTO.....	67
9. PRAZO.....	68
10. CONCLUSÃO.....	68
11. ARQUIVAMENTO.....	69
12. O JUIZ DE GARANTIAS	70
13. SITUAÇÕES DE TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL PELA ATUAÇÃO DO ADVOGADO	71
14. MODELOS DE PEÇAS	72
14.1. Instauração de inquérito policial	72
14.2. Representação.....	75
14.3. Modelo de procuração com poderes para advogado requerer instauração de inquérito policial e ajuizar queixa-crime (art. 44 do CPP)	77
14.4. Modelo de procuração com poderes para advogado ofertar representação (art. 39, CPP).....	78
15. PASSO A PASSO DA ATUAÇÃO DO ADVOGADO NO INQUÉRITO POLICIAL	79
15.1. Providências e acompanhamento.....	79
CAPÍTULO IV – PROCESSO PENAL	81
I. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO PENAL.....	81
1. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	81
1.1. Ação penal pública incondicionada.....	81
1.2. Ação penal pública condicionada	81
1.2.1. Representação da vítima	82
1.2.2. Requisição do Ministro da Justiça	82
1.2.3. Estelionato, representação e retroatividade.....	83
2. AÇÃO PENAL PRIVADA.....	83
2.1. Ação penal originariamente privada	83
2.2. Ação penal privada subsidiária da pública.....	83
3. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	84

3.1.	Requisitos do acordo de não persecução penal	84
3.2.	Procedimento	85
3.3.	Desfecho do acordo	87
4.	DENÚNCIA OU QUEIXA.....	87
4.1.	Requisitos da peça acusatória	87
4.2.	Titularidade para o oferecimento da peça acusatória	88
4.3.	Prazo para o oferecimento da denúncia ou queixa.....	88
II.	PROCEDIMENTO COMUM.....	88
1.	PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO	89
1.1.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	89
1.1.1.	Rejeição da denúncia ou queixa	90
1.1.2.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	90
1.2.	Citação do acusado	91
1.2.1.	Citação pessoal.....	91
1.2.2.	Citação com hora certa	92
1.2.3.	Citação por edital.....	92
1.2.4.	Regras especiais da citação.....	93
1.3.	Resposta à acusação	93
1.4.	Absolvição sumária	94
1.5.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	95
1.6.	Provas no processo penal	95
1.6.1.	Noções gerais	95
1.6.2.	Fatos dependentes de prova	96
1.6.3.	Produção antecipada de prova	96
1.6.4.	Poderes instrutórios do juiz	96
1.6.5.	A prova emprestada.....	96
1.6.6.	Provas ilícitas e provas ilegítimas	96

SUMÁRIO

1.6.6.1.	Correntes doutrinárias acerca da prova ilícita	97
1.6.6.2.	Provas ilícitas por derivação.....	97
1.6.7.	Provas em espécie	98
1.6.7.1.	Interrogatório do acusado	98
1.6.7.2.	Confissão	100
1.6.7.3.	Prova testemunhal	101
1.6.7.4.	Exame de corpo de delito.....	104
1.6.7.5.	Perícias	105
1.6.7.6.	Documentos	106
1.6.7.7.	Indícios	106
1.6.7.8.	Reconhecimento de pessoas ou coisas.....	107
1.6.7.9.	Declarações do ofendido.....	107
1.6.7.10.	Interceptação telefônica.....	108
1.6.8.	A inviolabilidade das comunicações telefônicas	109
1.6.9.	Inviolabilidade da correspondência, da comunicação telegráfica e dos e-mails	110
1.6.10.	Inviolabilidade de comunicação de dados	110
1.6.11.	Interceptação ambiental.....	110
1.6.12.	Quebra de sigilo bancário	110
1.6.13.	Colaboração premiada	111
1.6.14.	Prova pelo DNA	117
1.6.15.	Cadeia de custódia da prova penal	118
1.7.	Alegações finais (debates ou memoriais).....	118
1.7.1.	Debates	118
1.7.2.	Diligências.....	118
1.7.3.	Memoriais.....	119
1.8.	Sentença	119

1.8.1.	Formas de pronunciamento judicial	119
1.8.2.	Estrutura material e correlação fática da sentença	119
1.8.3.	Adequação do fato imputado	120
1.8.4.	Reconhecimento de agravante na sentença (arts. 385 e 387, I do CPP).....	121
1.8.5.	Estrutura formal da sentença (art. 381 do CPP)	122
1.8.6.	Sentença absolutória, condenatória e efeitos.....	122
1.8.7.	Sentença e ação civil ex-delito.....	122
1.8.7.1.	Fluxograma: procedimento ordinário	124
2.	PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO	124
2.1.	Fluxograma: procedimento sumário	125
3.	JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS.....	126
3.1.	Considerações iniciais.....	126
3.2.	Infração de menor potencial ofensivo.....	126
3.3.	Infração de menor potencial ofensivo e Estatuto da Pessoa Idosa	126
3.4.	Infração de menor potencial ofensivo e violência doméstica	126
3.5.	Procedimento da Lei 9.099/95.....	127
3.6.	Fases do procedimento	127
3.6.1.	Primeira fase	127
3.6.2.	Segunda fase	129
3.6.3.	Fluxogramas: juizados especiais e procedimento sumaríssimo	130
III.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	133
1.	TRIBUNAL DO JÚRI.....	133
1.1.	Introdução	133
1.2.	Princípios constitucionais.....	134
1.2.1.	Plenitude de defesa	134
1.2.2.	Sigilo das votações.....	134

1.2.3.	Soberania dos veredictos	135
1.2.4.	Competência do tribunal do Júri	135
1.3.	Procedimento	136
1.3.1.	Sumário da culpa	136
1.3.1.1.	Fluxograma procedimento do júri – sumário da culpa.....	139
1.3.2.	Desaforamento.....	139
1.3.3.	Juízo da causa.....	140
1.3.3.1.	Fluxograma procedimento do júri – juízo da causa.....	145
1.4.	Recursos da decisão do Tribunal do Júri	145
1.4.1.	Apelação	145
1.4.2.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> indireta	147
1.4.3.	Embargos de declaração.....	147
2.	CRIMES FUNCIONAIS.....	147
2.1.	Defesa preliminar.....	147
2.2.	Não aplicação do rito especial.....	147
2.3.	Consequências da não observância do rito	148
3.	CRIMES CONTRA A HONRA	148
3.1.	Audiência de reconciliação	148
3.2.	Exceção da verdade.....	148
3.3.	Exceção de notoriedade do fato	149
3.4.	Pedido de explicações em juízo	149
4.	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	149
4.1.	Crimes de ação penal privada.....	150
4.2.	Crimes de ação penal pública.....	150
5.	LEI ANTIDROGAS	151
5.1.	Denúncia.....	151
5.2.	Defesa prévia	151

5.3.	Manifestação do juiz	151
5.4.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	152
5.5.	Fluxograma: procedimento na Lei de Drogas.....	153
6.	LEI MARIA DA PENHA.....	153
6.1.	Vedações	154
6.2.	Representação.....	154
6.3.	Medidas protetivas de urgência.....	155
6.4.	Dos crimes envolvendo violência contra a mulher	158
7.	MODELOS DE PEÇAS	159
7.1.	Pedido de explicações	159
7.2.	Queixa-crime	161
7.3.	Resposta à acusação	167
7.4.	Defesa prévia – Lei de drogas.....	171
7.5.	Defesa preliminar – Funcionários públicos	173
7.6.	Memoriais.....	176
8.	PASSO A PASSO – PROCESSO E PROCEDIMENTO	181
	CAPÍTULO V – RECURSOS.....	183
I.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	183
1.	CONCEITO DE RECURSO	183
2.	FUNDAMENTO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	183
3.	NATUREZA JURÍDICA.....	183
4.	PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	183
5.	PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS E SUBJETIVOS	184
5.1.	Pressupostos objetivos	184
5.2.	Pressupostos subjetivos.....	184
6.	PRINCÍPIOS	184

7.	EFEITOS DOS RECURSOS	185
8.	FLUXOGRAMA: TEORIA GERAL DOS RECURSOS	187
II.	RECURSOS EM ESPÉCIE	188
1.	APELAÇÃO	188
1.1.	Hipóteses de Cabimento	188
1.1.1.	CPP	188
1.1.2.	Lei 9.099/95	189
1.2.	Prazo	190
1.3.	Procedimento	190
1.4.	Fluxograma – Apelação	191
1.5.	Efeitos	191
2.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	191
2.1.	Hipóteses de cabimento	191
2.2.	Prazo	194
2.3.	Procedimento	195
2.4.	Fluxograma – recurso em sentido estrito	195
2.5.	Efeitos	196
3.	CORREIÇÃO PARCIAL	196
3.1.	Hipóteses de cabimento	196
3.2.	Prazo e procedimento	196
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	196
4.1.	Hipóteses de cabimento	196
4.2.	Prazo e procedimento	196
5.	EMBARGOS INFRINGENTES E/OU DE NULIDADE	197
5.1.	Hipóteses de cabimento	197
5.2.	Prazo e procedimento	197
6.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	198

6.1.	Hipóteses de cabimento	198
6.2.	Prazo e procedimento	198
7.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	198
7.1.	Hipóteses de cabimento	198
7.1.1.	Supremo Tribunal Federal	198
7.1.2.	Superior Tribunal de Justiça	199
7.2.	Prazo e procedimento	199
8.	RECURSO ESPECIAL	200
8.1.	Hipóteses de cabimento	200
8.2.	Prazo e procedimento	201
9.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	201
9.1.	Hipóteses de cabimento	201
9.2.	Prazo e procedimento	201
10.	AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO.....	202
11.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	203
11.1.	Hipóteses de cabimento	203
11.2.	Procedimento	203
12.	MODELOS DE PEÇAS	203
12.1.	Apelação	203
12.2.	Contrarrazões de apelação.....	209
12.3.	Recurso em sentido estrito.....	212
12.4.	Contrarrazões de recurso em sentido estrito.....	218
12.5.	Correição parcial	220
12.6.	Embargos de declaração.....	223
12.7.	Embargos infringentes e/ou de nulidade.....	225
12.8.	Carta testemunhável.....	227

12.9.	Recurso ordinário constitucional	230
12.10.	Recurso especial.....	233
12.11.	Recurso extraordinário	236
12.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso especial e extraordinário	239
12.13.	Reclamação	242
13.	PASSO A PASSO – RECURSOS	245
CAPÍTULO VI – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO		247
1.	<i>HABEAS CORPUS</i>	247
1.1.	Conceito	247
1.2.	Origem histórica.....	247
1.3.	O <i>habeas corpus</i> no Brasil	247
1.4.	Natureza jurídica	247
1.5.	Espécies.....	247
1.6.	Sujeitos.....	248
1.7.	Direito líquido e certo e hipóteses de impetração	248
1.8.	Coação ilegal (art. 648 do CPP).....	249
1.9.	Restrições constitucionais	250
1.10.	Competência	250
1.11.	Critérios de competência.....	250
1.12.	Procedimento	250
1.13.	Pedido de liminar.....	251
1.14.	Efeitos da concessão do <i>habeas corpus</i>	252
1.15.	Algumas hipóteses	252
1.16.	Recursos	254
1.17.	Fluxograma: <i>habeas corpus</i>	255
2.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL.....	255

2.1.	Hipóteses de cabimento	255
2.2.	Legitimidade	256
2.3.	Competência.....	256
2.4.	Prazo	256
2.5.	Procedimento	256
3.	REVISÃO CRIMINAL.....	257
3.1.	Hipóteses de cabimento	257
3.2.	Revisão criminal e novo entendimento jurisprudencial mais benigno.....	257
3.3.	Procedimento	258
3.4.	Efeitos do julgamento	259
4.	MODELOS DE PEÇAS	259
4.1.	Habeas corpus	259
4.2.	Mandado de segurança.....	263
4.3.	Revisão criminal	266
5.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	268
	CAPÍTULO VII – PRISÕES E MEDIDAS CAUTELARES.....	269
I.	CONCEITO DE MEDIDAS CAUTELARES.....	269
1.	MEDIDAS CAUTELARES E O PODER GERAL DE CAUTELA	269
2.	CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL	269
2.1.	Medidas cautelares de natureza pessoal (acusado ou suspeito)	270
2.2.	Medidas cautelares de natureza civil (reparação do dano).....	270
2.3.	Medidas cautelares relacionadas à prova	270
II.	PRISÕES.....	270
1.	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE A PRISÃO (ART. 5º, CF/88)	271
2.	PRISÃO PREVENTIVA	271
2.1.	Conceito	271

2.2.	Outras formas de prisão.....	271
2.3.	Requisitos legais	271
2.4.	Descumprimento das medidas cautelares – art. 312, §1º, CPP.....	272
2.5.	Finalidades da prisão preventiva: <i>periculum in mora</i> ou <i>periculum libertatis</i>	272
2.6.	Fluxograma: prisão preventiva.....	273
2.7.	Aspectos processuais.....	274
2.7.1.	Momento da decretação.....	274
2.7.2.	Natureza da decisão	274
2.7.3.	Autoridade competente	274
2.7.4.	Proibição da custódia preventiva	274
2.7.5.	Apresentação espontânea.....	274
2.7.6.	Prisão preventiva e crimes de falência	274
2.7.7.	Prisão e duração da custódia.....	274
2.7.8.	Prisão domiciliar.....	276
3.	PRISÃO EM FLAGRANTE	276
3.1.	Conceito	276
3.2.	Hipóteses de flagrante	277
3.3.	Espécies doutrinárias	277
3.4.	Garantias constitucionais.....	277
3.5.	Flagrante no crime permanente, habitual e continuado.....	278
3.6.	Flagrante na Lei 9.099/95	278
3.7.	Flagrante na Lei de Drogas.....	278
3.8.	Formalidades do auto de prisão em flagrante	278
3.9.	Verificação do auto de flagrante pelo juiz	279
3.10.	Proibição da prisão em flagrante.....	280
3.11.	Audiência de custódia (apresentação)	280
3.12.	Fluxograma da audiência de custódia (apresentação).....	282

4.	PRISÃO TEMPORÁRIA.....	283
4.1.	Conceito.....	283
4.2.	Natureza cautelar.....	283
4.3.	Requisitos legais: art. 1º da Lei 7.960/89.....	283
4.4.	Decretação e prazo de duração.....	284
5.	OUTRAS PRISÕES PROCESSUAIS.....	285
5.1.	Prisão decorrente de pronúncia.....	285
5.2.	Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º).....	285
5.3.	Prisão para fins de extradição (Lei 12.878/2013) – Difusões vermelhas (“red notices”).....	285
6.	LIBERDADE PROVISÓRIA.....	285
6.1.	Conceito.....	285
6.2.	Fundamento.....	285
6.3.	Espécies.....	286
6.4.	Fluxograma: espécies ou hipóteses de liberdade provisória.....	286
6.5.	Liberdade provisória permitida, obrigatória e proibida.....	287
7.	LIBERDADE PROVISÓRIA, RELAXAMENTO OU REVOGAÇÃO.....	287
8.	MEDIDAS CAUTELARES.....	288
8.1.	Requisitos.....	288
8.2.	Modificações trazidas pela Lei nº 12.403/11.....	289
8.3.	Fiança.....	290
8.4.	Fluxograma: medidas cautelares.....	291
9.	MODELOS DE PEÇAS.....	292
9.1.	Relaxamento da prisão em flagrante.....	292
9.2.	Revogação da prisão preventiva.....	295
9.3.	Liberdade provisória.....	296
10.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES.....	301

CAPÍTULO VIII – EXCEÇÕES E PROCESSOS INCIDENTAIS.....	303
I. EXCEÇÕES	303
1. CONCEITO DE EXCEÇÃO	303
2. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	303
2.1. Abstenção.....	304
2.2. Arguição.....	304
2.3. Acolhimento.....	304
2.4. Consequências	305
2.5. Suspeição na instância superior.....	305
2.6. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	305
2.7. Outras pessoas que podem sofrer alegação de suspeição.....	305
2.8. Suspeição dos jurados.....	305
2.9. Suspeição ou impedimento das autoridades policiais.....	306
2.10. Impedimento e incompatibilidade	306
3. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	306
3.1. Abstenção.....	306
3.2. Alegação	306
4. LITISPENDÊNCIA.....	307
4.1. Regras aplicáveis à litispendência	307
5. ILEGITIMIDADE DE PARTE	307
6. COISA JULGADA.....	307
6.1. Regras aplicáveis à coisa julgada.....	308
7. DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO	308
7.1. Avocatória do Supremo Tribunal Federal.....	308
II. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	309
1. SEQUESTRO.....	309
2. HIPOTECA	312

3. ARRESTO	313
III. PROCESSOS INCIDENTAIS	314
1. RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	314
1.1. Fluxograma: pedido de restituição.....	314
2. INCIDENTE DE FALSIDADE	314
3. INCIDENTE DE INSANIDADE DO ACUSADO.....	315
3.1. Procedimento	315
3.2. Fluxograma: incidente de insanidade mental.....	316
4. MODELOS DE PEÇAS	316
4.1. Exceção de suspeição	316
4.2. Exceção de incompetência.....	318
4.3. Exceção de litispendência	320
4.4. Exceção de ilegitimidade de partes	322
4.5. Exceção de coisa julgada	324
4.6. Sequestro.....	326
4.7. Hipoteca.....	327
4.8. Arresto	329
4.9. Pedido de restituição de coisas apreendidas.....	331
4.10. Incidente de falsidade	332
4.11. Incidente de insanidade mental do acusado.....	334
5. PASSO A PASSO DAS QUESTÕES INCIDENTES.....	337
CAPÍTULO IX – EXECUÇÃO	339
1. INTRODUÇÃO	339
2. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	339
2.1. Guia de recolhimento	339
2.2. Superveniência de doença mental.....	340

2.3.	Regimes de cumprimento	340
2.4.	Saída da prisão	341
2.5.	Identificação de perfil genético	342
3.	UNIFICAÇÃO DE PENAS	342
4.	PROGRESSÃO DE REGIME	342
4.1.	Regime fechado ao semiaberto	343
4.2.	Regime semiaberto para o aberto.....	344
4.3.	Fluxograma: progressão de regime.....	345
4.4.	Observações gerais	345
4.5.	Prisão domiciliar.....	345
5..	LIVRAMENTO CONDICIONAL	346
5.1.	Requisitos	346
5.1.1.	Requisitos objetivos.....	346
5.1.2.	Requisitos subjetivos.....	346
5.2.	Fluxograma: livramento condicional	347
5.3.	Período de prova.....	347
5.4.	Condições	347
5.4.1.	Condições obrigatórias	348
5.4.2.	Condições facultativas.....	348
5.5.	Causas de revogação do livramento condicional	348
5.5.1.	Causas de revogação obrigatória	348
5.5.2.	Causas de revogação facultativa.....	348
5.6.	Prorrogação do período de prova.....	349
5.7.	Extinção da pena	349
6.	REMIÇÃO E DETRAÇÃO DA PENA	349
6.1.	Remição.....	349
6.2.	Detração.....	349

7.	CUMPRIMENTO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS	350
7.1.	Imposição da pena restritiva de direitos.....	350
7.2.	Conversão da pena no curso da execução	350
7.3.	Prazo prescricional.....	350
8.	CUMPRIMENTO DA PENA DE MULTA.....	350
9.	CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA	351
9.1.	Conceito e pressupostos.....	351
9.2.	Espécies.....	352
9.3.	Execução	352
10.	AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	352
10.1.	Hipóteses de cabimento	352
10.2.	Prazo e procedimento	352
11.	REABILITAÇÃO.....	353
12.	MODELOS DE PEÇAS	353
12.1.	Pedido de unificação de penas.....	353
12.2.	Pedido de progressão de regime	355
12.3.	Livramento condicional	357
12.4.	Agravo em execução.....	359
12.5.	Contrarrazões de agravo em execução	364
12.6.	Reabilitação.....	367
13.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA EXECUÇÃO.....	370
	ANEXO I – TEMAS DE PROCESSO PENAL	371
1.	PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS	371
1.1.	Princípio do devido processo legal	371
1.2.	Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	371
1.3.	Princípio do juiz natural	372

1.4.	Princípio da igualdade das partes (igualdade processual).....	372
1.5.	Princípio da presunção da inocência	372
1.6.	Princípio da ação, da demanda ou da inércia do juiz	372
1.7.	Princípio da publicidade	373
1.8.	Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento	373
1.9.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	373
1.10.	Princípio da verdade real	373
1.11.	Princípio da identidade física do juiz	374
2.	COMPETÊNCIA	374
2.1.	Fluxograma	374
2.2.	Justiça competente	374
2.2.1.	Justiça militar.....	375
2.2.2.	Justiça Eleitoral.....	375
2.2.3.	Justiça Federal	375
2.2.4.	Justiça Estadual	376
2.3.	Competência por prerrogativa de função	376
2.4.	Comarca competente	377
2.5.	Vara competente.....	377
3.	PRAZOS	377
	ANEXO II – TESES JURÍDICAS PENAIIS.....	379
1.	INTRODUÇÃO	379
2.	NULIDADES	379
2.1.	Notas introdutórias sobre nulidades	379
2.1.1.	Espécies de irregularidades	379
2.1.2.	Objeto da nulidade	380
2.1.3.	Nulidade absoluta e relativa	380

2.2.	Hipóteses de nulidade.....	381
2.3.	Extensão na nulidade	384
2.4.	Recurso.....	384
3.	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	385
4.	ABSOLVIÇÃO.....	386
4.1.	Absolvição sumária no processo comum	386
4.2.	Absolvição sumária no processo do júri.....	388
4.3.	Absolvição final	388
5.	REDUÇÃO DE PENA.....	389
6.	DIREITOS SUBJETIVOS DO ACUSADO.....	390
7.	TESES OCULTAS.....	391
	ANEXO III – O ADVOGADO NO PAPEL DA ACUSAÇÃO	393
1.	INTRODUÇÃO	393
2.	ADVOGADO DO QUERELANTE	393
3.	ADVOGADO DO ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO	393
4.	TESES DO ADVOGADO NO PAPEL DA ACUSAÇÃO.....	394
5.	MODELO DE HABILITAÇÃO	395
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	397